

Extrato da PORTARIA n.º 006/2022/3ªPJ Criminal de Marabá

A 3ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000799-930/2022 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

PORTARIA nº 006/2022/3ªPJ Criminal de Marabá

Envolvido: Indígenas Venezuelanas da Etnia Warao e Município de Marabá. Assunto: Acompanhar as políticas públicas de enfrentamento a violência doméstica em favor das indígenas Venezuelanas WARAO abrigadas em Marabá/PA.

Francisca Paula Morais da Gama- Promotora de Justiça.

Protocolo: 786824

Extrato da Recomendação n.º 003/2022/3ªPJ Criminal de Marabá

A 3ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a expedição da Recomendação nº 003/2022-3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL nos autos do Procedimento Administrativo nº 000799-930/2022 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

Recomendação Nº 003/2022/3ªPJ Criminal de Marabá

Envolvido: Indígenas Venezuelanas da Etnia Warao e Município de Marabá Assunto: Recomendação visando acompanhar as políticas públicas de enfrentamento a violência doméstica em favor das indígenas Venezuelanas WARAO abrigadas em Marabá/PA.

Francisca Paula Morais da Gama- Promotora de Justiça.

Protocolo: 786836

A VISO DE ARQUIVAMENTO n.º 02/2022-5º PJDPPMA

O 5º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE BELÉM,

Dr. Sandro Ramos Chermont, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 10, § 1º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP.

Tornapública, para os devidos fins, a promoção de arquivamento dos autos do Procedimento Preparatório nº 002559-003/2021, a ter por objeto "apurar suposta inobservância da ordem de prioridades na execução da vacinação destinada à imunização da COVID-19, pertinente à advogada, que teria sido vacinada na Unidade Básica de Saúde - UBS do Jurunas ou na Unidade de Pronto Atendimento - UPA do Jurunas".

Em conformidade com o disposto do artigo 7º, §4º, da PORTARIA n.º 2128/2020-MP/PGJ e por intermédio deste, fica informado à interessada (CLÁUDIA ZELY GOUVEA PROENÇA), sobre a promoção de arquivamento proferida nos autos do Procedimento Preparatório, posto não ter ocorrido, no prazo de 10 (dez) dias, comprovação de recebimento da mensagem eletrônica remetida.

À interessada, informa-se que têm a faculdade de encaminhar ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, se assim desejarem, razões escritas ou documentos, que serão incorporados aos autos do procedimento, com o propósito de obstar seu arquivamento.

Belém/PA, 13 de abril de 2022.

SANDRO RAMOS CHERMONT

5º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Protocolo: 786721

NOTIFICAÇÃO VIA EDITAL Nº 078/2022**AO SR. RECLAMANTE ANÔNIMO**

Assunto: Comunica arquivamento

Ref.: Notícia de Fato nº 000028-138/2022

Venho por meio deste NOTIFICAR Vossa Senhoria, em referência a Notícia de Fato nº 000028-138/2022, que o referido procedimento será arquivado, consoante disposto no Art. 8º, III, da Resolução 07/2019-CPJMPPA.

Outrossim, informo que Vossa Senhoria poderá apresentar recurso, no prazo de 10 (dez dias), a contar do recebimento deste, devendo o referido recurso ser apresentado neste órgão arquivante.

São Domingos do Araguaia/PA, 18 de abril de 2022

GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO

Promotor de Justiça

Protocolo: 786847

AVISO n.º 09/2022-CSMP/MPPA

Faço público, a quem interessar possa que a 7ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Conselho Superior, realizar-se-á das 8h do dia 25/04 até às 18h do dia 29/04/2022 no site: www.mppa.mp.br, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo n.º 001114-921/2017

Requerente(s): 4ª Promotoria de Justiça de Abaetetuba

Requerido(s): Mineradora Nova União Ltda. - EPP, Empresa Agromader (PARMA LOG). Advogado: Rafael Duque Estrada de Oliveira Peron (OAB/PA n.º 19.681) Origem: 4º PJ Promotoria Cível Defesa da Proibidade Administrativa de Abaetetuba

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais causados pelo depósito irregular de carcoços de Açai

1.1.2. Processo n.º 000302-270/2019

Requerente(s): Ministério Público Federal

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Afuá (SEMUSA)

Origem: PJ de Afuá

Assunto: Apurar possíveis irregularidades referentes à denúncia de supostos

pagamento de "super salários" a médicos que trabalham no Município de Afuá.

1.1.3. Processo n.º 000055-136/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de São João de Pirabas e TP Muniz Lucas e Cia EPP Origem: PJ de São João de Pirabas

Assunto: Apurar possíveis ilegalidades praticadas pela pessoa jurídica de direito privado "TP Muniz Lucas e Cia EPP" contratada pelo Município de São João de Pirabas, para fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar

1.1.4. Processo n.º 000024-132/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Conselho Municipal de Assistência Social

Origem: Promotoria de Justiça de Jacundá

Assunto: Apurar irregularidades no processo de eleição para escolha do representante da sociedade civil junto ao Conselho Municipal de Jacundá no Biênio 2020/2022

1.1.5. Processo n.º 013481-003/2021

Requerente(s): Flora Rocha Galindo Bittencourt

Requerido(s): Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa.

Assunto: Recurso em Notícia de Fato. Recorrente alega que haveria possíveis irregularidades cometidas pela ADEPARÁ

1.1.6. Processo n.º 000015-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Mariana Pereira Carneiro Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa.

Assunto: Apurar possível acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA, especificamente como relação à conduta da servidora Mariana Pereira Carneiro

1.1.7. Processo n.º 001231-921/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Abaetetuba

Origem: 4º PJ Promotoria Cível Defesa da Proibidade Administrativa de Abaetetuba

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação da servidora municipal, Sra. Aline Pinheiro Quaresma, no cargo em comissão de Assessora Especial

1.1.8. Processo n.º 009361-031/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Santarém

Origem: 9ª PJ de Santarém

Assunto: Apurar possível irregularidade no procedimento no Pregão presencial nº 008/2016, promovido pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de Santarém

1.1.9. Processo n.º 000215-911/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Maria Aldecy de Souza Pissolati

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Investigar suposto ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por membro do Poder Judiciário em Marabá, com a finalidade de favorecer determinado litigante em detrimento de outro

1.1.10. Processo n.º 000434-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Jairo de Jesus Nascimento da Silva

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa.

Assunto: Apurar suposta percepção indevida da gratificação do Regime de Trabalho Integral com Dedicção Exclusiva por parte do servidor Jairo de Jesus Nascimento da Silva, em razão de manter possível vínculo com o Grupo Educacional Ideal e com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

1.1.11. Processo n.º 000406-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Danielle Rodrigues Monteiro da Costa

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Apurar suposta percepção indevida da gratificação do Regime de Trabalho Integral com Dedicção Exclusiva por parte da servidora UEPA, Sra. Danielle Rodrigues Monteiro da Costa.

1.1.12. Processo n.º 018412-003/2018

Requerente(s): Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública de Belém

Requerido(s): IGEPREV (Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará) Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa.

Assunto: Apurar eventual irregularidade por suposto não cumprimento da Lei n.º 7.807/2014, exclusivamente em relação aos inativos de responsabilidade do IGEPREV

1.1.13. Processo n.º 000215-151/2020

Requerente(s): Denúncia Anônima

Requerido(s): Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Apurar possíveis irregularidades no processo de inexigibilidade de licitação realizado pelo Hospital Ophir Loyola, que redundou na aquisição de dois Tomógrafos por Impedância Elétrica pelo valor de R\$ 2.337.660,00 (dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta reais)

1.1.14. Processo n.º 001083-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Pará em favor do menor V.G.C.J.

Requerido(s): Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA, JC Rodrigues Souza-ME